

As relações de trabalho no processo de desenvolvimento da Coreia do Sul: os limites da abordagem desenvolvimentista

Labor relations in South Korea's development process: the limits of the developmentalist approach

DANIEL NOGUEIRA SILVA | ddaniel.ns@gmail.com

Professor do curso de Economia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Doutorando pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

RONALDO HERRLEIN JUNIOR | ronaldoh@ufrgs.br

Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Recebimento do artigo Janeiro de 2019 | **Aceite** Junho de 2019

Resumo A análise heterodoxa sobre o desenvolvimento econômico nos países do Leste Asiático oferece importantes contribuições acerca dos elementos que levaram a superação do subdesenvolvimento nesses países. Contudo, o foco central dessas análises é dado principalmente ao Estado, visto como o principal responsável pelo desenvolvimento. A pouca ênfase que é colocada sobre os demais atores sociais, especialmente os trabalhadores e suas organizações, é justificada por dois motivos principais: a autonomia do Estado e a fraqueza da sociedade civil. Diante disso, o artigo analisa esses dois argumentos com base na experiência histórica da Coreia do Sul, apresentando os seus principais fundamentos e limites. Para isso, além de uma breve revisão da literatura desenvolvimentista, também são apresentadas algumas evidências históricas com base na evolução das relações de trabalho nesse país no período que vai do início do século XX até a década de 1980. **Palavras-Chave** Desenvolvimentismo; Relações de Trabalho; Coreia do Sul.

Abstract The heterodox analysis of economic development in East Asian countries provides important contributions on the elements that led to overcoming underdevelopment in these countries. However, the central focus of this analysis is given primarily to the State, seen as the main responsible for the development. The little emphasis is placed on other social actors, especially workers and their organizations, is justified for two main reasons: the autonomy of the state and the weakness of civil society. Thus, the article analyzes these two arguments based on historical experience of South Korea, with its main foundations and limits. For this, apart from a brief review of the developmental literature, they are also presented some historical evidence based on the evolution of labor relations that country in the period from the early twentieth century until the 1980s. **Keywords** Developmentalism; Work relationships; South Korea.

Introdução

A maior parte da literatura desenvolvimentista que analisa o processo de transformação da economia sul-coreana no período do milagre econômico (1940-1980) confere pouca ênfase ao papel desempenhado pelos trabalhadores e suas instituições no desenvolvimento desse país. Segundo Chang (2009), boa parte dos fatos sobre as relações sociais de trabalho e a luta dos trabalhadores na história da Coreia do Sul tem sido sistematicamente desconsiderada ou removida na literatura desenvolvimentista. Como consequência, são poucos trabalhos que, ao analisarem o desenvolvimento sul-coreano, focam seus estudos no papel desempenhado pelos trabalhadores. As justificativas para essa ausência são diversas e baseiam-se, principalmente, em um conjunto de argumentos que buscam caracterizar o regime de relações de trabalho nesse país como expressão da fraqueza da sociedade civil, em um contexto de elevada autonomia do Estado (LEFTWICH, 1995).

A ênfase dada pelos teóricos desenvolvimentistas ao papel do Estado no processo de subordinação da força de trabalho nos países do Leste Asiático é um elemento bastante criticado na literatura que estuda as relações de trabalho. A forma como é descrito o protagonismo do Estado por parte dos desenvolvimentistas esconde, em diversos momentos, o papel central dos capitalistas em reprimir os trabalhadores e impor a eles determinadas condições de trabalho. Autores como Kim (1993, 1997 e 1999), Singh (2014), Kuruvilla e Erickson (2002), Kwon (1997) e Kwon e O'Donnell (2001) vão argumentar que, no caso específico da Coreia do Sul, os *chaebols* cumpriram um papel central no desenvolvimento histórico das relações de trabalho no país. De acordo com eles, a literatura desenvolvimentista ao enfatizar o papel dominante do Estado, subestima a atuação desses conglomerados, o que limita as análises sobre as relações de trabalho que são construídas por essa literatura.

Partindo desses elementos apresentados acima, o objetivo desse artigo é analisar as bases teóricas que fundamentam a análise desenvolvimentista da relação do Estado com os trabalhadores e as suas instituições, apontando alguns limites dessa abordagem. Para alcançar esse objetivo, além desta introdução e da conclusão em que são sintetizados os principais argumentos do trabalho, na primeira seção é feita uma discussão sobre a concepção de Estado presente nos trabalhos que analisam o desenvolvimento do Leste Asiático, especialmente a Coreia do Sul. Essa discussão é central para os propósitos desse trabalho porque, partindo da concepção de Estado dentro da análise desenvolvimentista, tornam-se mais claros os papéis desempenhados pelos atores que compõem a sociedade. Como nessa literatura assume-se, em geral, a ideia de autonomia relativa do Estado, essa seção busca também fazer uma distinção entre as abordagens de autores neoinstitucionalistas e neomarxistas acerca dessa discussão. Na segunda seção é apresentada uma breve revisão de trabalhos que analisam o processo histórico do desenvolvimento sul-coreano, buscando identificar como esses trabalhos caracterizam o modo de atuação dos trabalhadores no desenvolvimento da Coreia do Sul. Além disso, com base em autores que analisam questões ligadas ao trabalho na Coreia do Sul, são apresentadas algumas das limitações da abordagem desenvolvimentista sobre as relações de trabalho.

O Conceito de Estado na Literatura Desenvolvimentista

O modo como o Estado Desenvolvimentista (ED) atuou no Leste Asiático diante dos interesses dos diversos grupos que compõem a sociedade, precisamente, os capitalistas, os proprietários rurais, e os trabalhadores urbanos e do campo, é um aspecto fundamental para entender o desenvolvimento desses países. Além de destacar as especificidades de cada experiência histórica, a literatura desenvolvimentista aponta para um conjunto de componentes que definem um modelo de ED. Segundo Jonhson (1999, p. 43), essa forma de Estado existe “[...] in time and space in East Asia and also exists as an abstract generalization about the essence of the East Asian examples [...]”. Entre as diversas características que formam o ED, conforme Leftwich (1995), duas delas têm uma relevância especial por contribuírem para compreender a forma como os trabalhadores e suas organizações são tratados na literatura desenvolvimentista: a primeira é a autonomia relativa do Estado e a segunda é a fraqueza e a subordinação da sociedade civil¹. Nessa seção, a primeira característica é analisada e na próxima seção são discutidos os principais fundamentos para a segunda.

Para diversos autores, todos os casos de sucesso de industrialização tardia estão associados à intervenção do Estado (ONIS, 1991). O argumento central presente nos diferentes trabalhos que analisam o processo de *catching-up* é de que o Estado cumpriu um papel estratégico em “[...] taming domestic and international market forces and harnessing them to international ends.” (ONIS, 1991, p.110). Nesse sentido, entende-se que é possível, a partir do Estado, governar o mercado através de métodos específicos, tais como: promover políticas de incentivo em setores estratégicos, guiar as empresas privadas, controlar o mercado financeiro (WADE, 1990). Contudo, nem todos os Estados conseguem promover o desenvolvimento econômico; ao contrário, em algumas circunstâncias eles podem ser um empecilho para promover o desenvolvimento. É necessário, portanto, que o Estado tenha um conjunto de características e desempenhe algumas funções para alcançar seus objetivos (ONIS, 1991).

Na abordagem desenvolvimentista, a principal característica do Estado que promove o desenvolvimento econômico é que ele seja forte e capaz de disciplinar e guiar o setor empresarial (CHANG, 2009). Nesse sentido, Onis (1991) argumenta que para garantir que o Estado desempenhe plenamente suas potencialidades guiando a economia para outro patamar de desenvolvimento é necessário que esse Estado seja autônomo. Essa autonomia é materializada por intermédio de uma elite burocrática qualificada e movida por interesses próprios. Na visão desse autor, não é possível falar de um Estado que tenha força para propor e alcançar seus objetivos sem assumir que o mesmo também tenha certo grau de autonomia. Os dois aspectos vinculam-se, permitindo compreender como o poder estatal se comporta frente aos interesses e a ações do setor empresarial e dos demais grupos sociais. Para compreender de forma mais precisa o que significa a autonomia do Estado é fundamental diferenciar as diversas abordagens sobre esse conceito.

1 Além dessas duas, Leftwich (1995) lista outras quatro características que compõem o modelo do Estado Desenvolvimentista: uma elite desenvolvimentista determinada, uma burocracia competente, um controle efetivo dos interesses econômicos não estatais e a legitimidade mediante desempenho.

Segundo Ianoni (2013), o conceito de autonomia relativa do Estado pode ser analisado com base em duas visões teóricas específicas: a neomarxista e a neoinstitucionalista histórica. A primeira é uma abordagem sociocêntrica e apresenta-se conceitualmente como autonomia relativa do Estado, fonte de um rico debate entre diversos autores neomarxistas, como Poulantzas, O'Connor, Offee Milliband². A segunda abordagem, também chamada de estadocêntrica, é um desenvolvimento das contribuições originais de Weber, e que tem no capítulo escrito de Rueschemeyer e Evans (1985) um marco para o debate desenvolvimentista sobre a Autonomia Relativa do Estado. Apesar das diferenças metodológicas que existem entre elas, para Ianoni (2013), as duas abordagens são compatíveis e podem, conjuntamente, contribuir para a compreensão do ED. Contudo, há uma diferença importante entre essas duas abordagens. A sociocêntrica é aplicada para todo e qualquer Estado capitalista, enquanto a estadocêntrica é específica para os Estados Desenvolvimentistas.

Como destacado por Leftwich (1995), a autonomia relativa do Estado é um dos componentes que definem o ED. Contudo, essa autonomia relativa não é considerada nos termos propostos por Poulantzas (2000). Para esse último, a autonomia do Estado é entendida em um contexto de relações de classe e não meramente como uma autonomia organizacional frente aos atores sociais. A autonomia referida por Leftwich se aproxima mais da contribuição de Peter Evans, presente em seus diversos trabalhos (EVANS, 1987, 1989, 1995, 1996). Para Evans (1989), a autonomia existente no Leste Asiático é diferente da que ocorre em alguns países, como o Zaire. Nesse último caso, a autonomia do Estado é materializada através de um Estado predatório, movido apenas pelos interesses particulares dos governantes. A autonomia que ocorre nas experiências asiáticas é caracterizada, segundo Evans (1995), por uma burocracia eficiente e meritocrática, que possui uma coerência interna. Aliado a isso, essa burocracia precisa estar enraizada (*embeddedness*) na sociedade de modo a formular um projeto de desenvolvimento e guiar os diversos grupos sociais na sua direção.

De modo resumido, na literatura desenvolvimentista, a autonomia pode ser definida como: “[...] simply to mean that the state has been able to achieve relative independence [...] from the demanding clamour of special interests [...] and that it both can and does override these interests in the putative national interests.” (LEFTWICH, 1995, p. 408). Essa independência não pode ser confundida com isolamento. Segundo Evans (1989), o conceito de autonomia inserida ou enraizada (*embedded autonomy*) é o que melhor consegue descrever a relação entre o ED e a sociedade. Assim, apesar de existir um alto nível de poder e autonomia da burocracia estatal, existe um conjunto de complexas relações entre o Estado e os demais atores sociais. Através dessas relações, o Estado torna-se capaz de coordenar a economia e implementar os seus objetivos.

Apesar de existir essa relação complexa entre o Estado e a sociedade, com base na abordagem desenvolvimentista, em nenhum momento as classes dominantes e organizações sociais detêm papel ativo ou influência dominante sobre o aparelho do Estado. Essa é a diferença chave entre o ED e Estados fortes, autoritários, mas que não são desenvolvimentistas, como em algumas experiências históricas da América Latina (JENKINGS, 1991; LEFTWICH, 1995; VIEIRA, 2013). O comportamento do ED diante das pressões e demandas dos diversos grupos que

2 Como apontado por Nash e Rich (1975), entre as diversas discussões sobre a autonomia relativa do Estado dentro do Neomarxismo, destaca-se o rico debate entre Poulantzas (1974) e Milliband (1973), que também envolve outros autores, sobre o papel do Estado e a sua Autonomia Relativa.

compõem a sociedade é um traço que diferencia as experiências do Leste Asiático de outras experiências históricas. Nesse sentido, segundo Evans (1989), as condições históricas em que se estabeleceu a autonomia relativa do Estado impõem certos limites de atuação para os atores sociais. Isso explica, em parte, os motivos que levam a exclusão da ação dos trabalhadores na maior parte das análises da literatura desenvolvimentista (CHANG, 2009).

Para compreender os fundamentos e limites do conceito de autonomia relativa do Estado é necessário tornar explícito qual o conceito de Estado que fundamenta a abordagem desses autores. Segundo Ianoni (2013), a análise desenvolvimentista, também chamada por ele de neoinstitucionalismo histórico, tem como principal referência à abordagem weberiana sobre o Estado³, apesar de também possuir influência da visão de Marx. Para Weber (1964), poder e dominação são duas categorias centrais para construir o conceito de Estado. Enquanto o poder é uma categoria mais ampla, a dominação é um caso especial de poder e por isso é mais utilizado por Weber para explicar o Estado. Em síntese, o Estado é uma empresa com caráter de instituição política que tem através do seu quadro administrativo a capacidade de reivindicar “[...] com êxito o monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes.” (WEBER, 1964, p. 34).

Mesmo sendo a base para as abordagens desenvolvimentistas sobre o Estado, vários autores criticam e ampliam a análise proposta por Weber. Lee (1997, p. 6) vai falar de duas abordagens principais de Estado dentro da perspectiva desenvolvimentista. A primeira delas está mais relacionada com a categoria weberiana original de Estado e está presente em uma parte dos trabalhos sobre o Estado Desenvolvimentista. Chalmers Jonhson, pioneiro na análise do ED, baseia seus argumentos nessa perspectiva de Estado (LEFTWICH, 1995; ONIS, 1991). Em seu trabalho, Jonhson (1982) busca diferenciar a orientação desenvolvimentista do Estado japonês daquele estabelecido pela União Soviética. No primeiro, haveria um planejamento racional, enquanto no segundo, o planejamento seria ideológico⁴. A questão que ele coloca não é se o Estado intervém na economia, pois todos fazem isso, a questão é como ele faz isso e para que propósito. O ED intervém no sistema econômico com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico por intermédio da industrialização.

A segunda abordagem de Estado está relacionada com as análises de Peter Evans e a sua abordagem de teoria das redes. Evans parte da contribuição de Gerschenkron (1962), que discute a importância do Estado no desenvolvimento de países europeus atrasados como a Alemanha, Áustria e Rússia, e outros autores desenvolvimentistas para analisar o papel do Estado em promover o desenvolvimento no Leste Asiático. De modo geral, suas contribuições ampliam a perspectiva weberiana sobre o Estado e sua burocracia. Evans considera que o Estado, apesar de ser autônomo, não está plenamente dissociado das estruturas sociais, o que torna a sua autonomia apenas relativa e não absoluta, como na primeira abordagem. A abordagem de Peter Evans é também chamada de Autonomia Inserida, como comentado anteriormente.

3 Segundo Bianchi (2014), apesar do conceito weberiano de Estado já ter sido amplamente discutido nas pesquisas e análises da obra de Weber, nas últimas décadas novas abordagens trouxeram questionamentos em diversos aspectos teóricos e metodológicos de seu pensamento, levando a retomada do debate sobre o Estado dentro dessa perspectiva.

4 Ao diferenciar o planejamento do Estado Japonês daquele feito pela União Soviética, Chalmers Jonhson (1982, p. 18) caracteriza o sistema soviético da seguinte forma: “[...] state ownership of the means of production, state planning, and bureaucratic goal-setting are not rational means to a developmental goal (even if they may once have been); they are fundamental values in themselves, not to be challenged by evidence of either inefficiency or ineffectiveness.”.

Com base nos elementos apresentados acima, torna-se mais claro o papel do Estado sul-coreano em promover o desenvolvimento. Nesse sentido, dentro do arcabouço teórico desenvolvimentista, o trabalho de Amsden (1989) é uma das principais contribuições para entender o desenvolvimento da Coreia do Sul. A análise feita por essa autora possui diversos paralelos com a abordagem de Johnson (1982) e de Wade (1990) (ONIS, 1991). Alguns dos argumentos de Amsden para explicar o papel do Estado sul-coreano podem ser sintetizados da seguinte forma: primeiro, o mercado não foi o condutor do desenvolvimento da Coreia, ao contrário, em todo processo ele foi guiado pelo Estado e teve sua racionalidade estrangulada diante das prioridades da industrialização. Segundo, o governo cumpriu um papel estratégico no controle das forças internas e das influências internacionais. Terceiro, a política voltada para a industrialização foi um elemento mais importante do que a maximização da lucratividade com base nas vantagens comparativas.

A industrialização tardia da Coreia do Sul é um exemplo que revela a importância e a efetividade da intervenção estatal, o que indica a necessidade de uma forma específica de Estado para promover o desenvolvimento, segundo a literatura desenvolvimentista. Nesse sentido, a relação existente entre o Estado e a sociedade civil, especialmente os trabalhadores e suas organizações, é mais bem compreendida a partir das características do Estado. A existência de um Estado autônomo possibilita que os interesses estatais se sobreponham aos demais interesses presentes na sociedade. Isso não significa que os grupos que compõem a sociedade civil não tenham capacidade de propor ou de serem beneficiados por determinadas decisões. O ponto principal aqui é de que a resposta final sobre a direção das políticas econômicas foi sempre do Estado.

Ao tratar da autonomia do Estado, alguns autores desenvolvimentistas como Skocpol (1985) argumentam que apenas no nível particular é possível tratar do ED (CHANG, 2009). Para essa autora, a generalização que é feita nas abordagens neomarxistas como a de Poulantzas seria equivocada porque a autonomia relativa do Estado não é algo que ocorre em qualquer Estado capitalista e sim em experiências específicas. Contudo, quando outros teóricos do desenvolvimento tentam teorizar o ED eles transformam a especificidade em um caso geral sem levar em consideração os contextos históricos específicos que permitem que o ED ocorra. Como argumenta Chang (2009, p.20):

[...] the specificity of state autonomy which she [Scopcol] initially emphasized in opposition to the neo-Marxist concept of state autonomy, eventually changed into the *universality* of the concept in essence since she abstracted the state and other social categories by abstracting the social groups as actors from specific social relations of capitalist production.

Ao fazer isso, a abordagem desenvolvimentista abstrai o Estado da sociedade e tende a desconsiderar o contexto histórico e social específico em que o Estado atua. Chang (2009), mesmo reconhecendo a importante contribuição que a literatura desenvolvimentista trouxe para o entendimento do papel do Estado em promover o desenvolvimento, crítica essa abordagem em relação ao Estado. Ele argumenta que a ausência de debates sobre o papel da classe trabalhadora na literatura desenvolvimentista é provocada pela concepção de como ocorre a relação dos atores sociais com o Estado, utilizada nessa literatura. Por assumirem certa forma de autonomia do poder estatal, boa parte dos trabalhos sobre o desenvolvimento sul-coreano terminam por excluir de suas análises o papel desempenhado pela classe trabalhadora.

Chang (2009) também crítica a abordagem da Autonomia Inserida de Evans. Mesmo reconhecendo que essa análise é um grande avanço quando comparada com a de autores desenvolvimentistas pioneiros, ela cometeria alguns equívocos. O principal avanço é considerar que há uma relação complexa entre o Estado e a sociedade em que ele está inserido, o que faz com que ele não seja plenamente autônomo, sua autonomia seria apenas relativa. Contudo, em última instância, são as características organizacionais da burocracia estatal que definem o grau de sua autonomia, e isso independe do contexto histórico e social. O Estado aqui aparece como sendo internamente coerente e externamente isolado dos outros grupos sociais, mas essas críticas não parecem plenamente justificadas. Primeiro porque a proposição de Evans nega claramente a ideia de um isolamento do Estado, em favor da ideia de inserção (ou enraizamento) (Evans, 1993). Em segundo lugar, porque se reconhece que a capacidade organizativa do Estado (suas coerência interna e capacidades técnicas e gerenciais) é um elemento distinto da sua autonomia política frente às classes sociais (RUESCHEMEYER; EVANS, 1985).

Apesar da sua contribuição para indicar a exclusão da classe trabalhadora nas análises desenvolvimentistas, a crítica de Chang (2009) possui ainda outras limitações. Uma delas é não perceber que parte da literatura desenvolvimentista está mais interessada em descrever as características do Estado Desenvolvimentista do que em fazer suposições sobre como ele deveria ser. Mesmo reconhecendo que esta autonomia é uma variável fundamental no desenvolvimento desses países, ela não é imutável durante o tempo e a sua configuração irá depender de um conjunto de fatores sociais e econômicos. Assim, mais do que uma “suposição” sobre a configuração estatal, assumir a autonomia do Estado é uma constatação baseada em evidências históricas. Outro problema da análise de Chang (2009) é que, apesar de apresentar os pontos principais da sua crítica, o autor não coloca de forma clara uma teoria de Estado alternativa à abordagem desenvolvimentista. Segundo ele, mesmo a abordagem neomarxista, em geral, também incorre nos mesmos erros, o que impede que ela seja uma alternativa teórica para analisar as experiências do Leste Asiático.

Participação dos Trabalhadores no Desenvolvimento da Coreia do Sul

Na literatura desenvolvimentista sobre o Leste Asiático, a fraqueza da sociedade civil é apontada com uma das principais características do ED (LEFTWICH, 2000). A sociedade civil é definida nesses trabalhos como “[...] the web all privately-organized interests and groups, above the family level but below that of state [...]” (LEFTWICH, 2000, p. 415). Sendo assim, estão incluídos nessa categoria tanto os sindicatos e outros grupos que representam os trabalhadores quanto às organizações ligadas aos interesses dos capitalistas e do setor agrário. Essa característica do ED aparece em diversos trabalhos que analisam as experiências desenvolvimentistas no Leste Asiático. Amsden (1989), analisando Taiwan, aponta para a fraqueza da organização dos trabalhadores e dos capitalistas como condição da dominação do Estado sobre a sociedade. Johnson (1982) também aponta para essa fraqueza como sendo uma das condições para que a dominação do Estado fosse bem sucedida. Weis e Hobson (1995) não consideram a questão social do trabalho em sua análise, ao descreverem a sociedade civil como fraca.

A subordinação da sociedade civil aos interesses impostos pelo Estado também foi um elemento fundamental para que o Estado coreano conseguisse levar a diante seus objetivos, segundo essa literatura. Contudo, isso não significa que alguns grupos não tenham se beneficiado das políticas de desenvolvimento. A diferença é que essas vantagens não se constituíram em força política capaz de questionar a subordinação (JONHSON, 1999). Para ilustrar, Amsden (1989) argumenta que no início do processo de desenvolvimento da Coreia do Sul a classe trabalhadora era pequena, a classe capitalista era altamente dependente do Estado e a aristocracia havia sido dissolvida através da reforma agrária.

Juntamente com a essas características da sociedade civil, e em certa medida como consequência delas, havia um Estado forte e autônomo, o que fez com que durante certo tempo os grupos sociais que compunham a sociedade fossem mantidos sob controle. Todavia, alguns autores apontam problemas nesse argumento. Um deles é a generalização que ocorre quando se coloca a sociedade civil como se fosse um grupo que responde da mesma forma ao ser afetado pelas intervenções do Estado (KIM, 1993). Mesmo que a suposição sobre a fraqueza dos diferentes grupos que compõem a sociedade civil da Coreia do Sul seja correta, é importante considerar que a intervenção do Estado pode levar com que determinados grupos se fortaleçam em detrimento de outros. Como a sociedade é formada por grupos que possuem necessidades e demandas diferenciadas, em vários momentos eles se encontram em posições antagônicas. Esse argumento fica mais claro quando se utiliza a contribuição de outros arcabouços teóricos.

Na tradição marxista, a luta de classes é um elemento central para entender a dinâmica capitalista (MARX, 1983). A disputa entre salários e lucros leva os trabalhadores e os capitalistas, na maioria das vezes, a estarem em polos opostos. Dessa forma, o enfraquecimento de uma determinada classe pode significar o fortalecimento de outra. Isso também ocorre em algumas análises ligadas ao *mainstream*, como nas abordagens novo-keynesianas de barganha salarial. Nos modelos com base nesse arcabouço ortodoxo, os conflitos internos à sociedade civil conduzem determinados grupos a obter vantagens em relação a outros grupos. Um exemplo é a disputa salarial entre os trabalhadores sindicalizados e empresários. Nesse caso, a vantagem que os trabalhadores possuem por participarem de um sindicato melhora a correlação de forças com os patrões, quando comparada aos trabalhadores que estão fora do sindicato (CARLIN, SOSKICE, 1990).

Diferente do argumento desenvolvimentista, autores como Singh (2014), Kwon (1997) e Chang (2009) vão discordar da ideia de que a sociedade civil era fraca na Coreia do Sul. Eles argumentam que havia uma aliança entre os *chaebols* e o Estado, que os levavam a excluir os trabalhadores das decisões econômicas e políticas do período desenvolvimentista. Assim, ao invés de uma sociedade civil fraca, havia um grupo capitalista que foi se fortalecendo ao longo do tempo (KIM, 1997, 1999) e um movimento trabalhista que era forte e foi enfraquecido pela atuação conjunta do Estado e dos capitalistas, em um contexto de ditadura e forte repressão (KWON, 1997).

Deyo (1987), ao tratar das experiências de desenvolvimento no Leste Asiático, afirma que uma parte da repressão sofrida pelos trabalhadores ocorria dentro da fábrica e era responsabilidade direta dos empresários e não do Estado. Enquanto o governo era responsável por controlar a participação dos trabalhadores na sociedade, no ambiente da fábrica, a gestão do conflito ficava sob a responsabilidade dos patrões. A natureza das relações de emprego é uma das causas que explicam o enfraquecimento dos trabalhadores. Assim, a repressão sofrida pelos trabalhadores no Leste Asiático não era responsabilidade apenas do Estado, seja ele em que país fosse. Os capi-

talistas atuavam diretamente na luta contra a participação maior dos trabalhadores nas decisões políticas e nos ganhos econômicos. Havia, dessa maneira, um interesse comum em manter os trabalhadores excluídos do processo de desenvolvimento, envolvendo o Estado e os capitalistas.

Tratando precisamente da experiência sul-coreana, o principal motivo que explica a exclusão dos trabalhadores era porque o governo considerava a organização independente dos trabalhadores um empecilho para o desenvolvimento econômico do país (DEYO, 1989; SINGH, 2014). Segundo Deyo (1987), a disciplina e o baixo custo do trabalho foi um pré-requisito para o desenvolvimento dos países no Leste Asiático. Por causa disso, no caso da Coreia do Sul, o governo buscou subordinar o movimento dos trabalhadores de várias formas: por intermédio da criação de sindicatos ligados ao Estado; pela política de repressão que era imposta através de leis, decretos e a criação de agências como a KCIA;⁵ e pelo *chaebols*,⁶ que submetiam os trabalhadores dentro da fábrica a um ambiente altamente repressivo e hierarquizado, que em muitos momentos fazia lembrar uma organização militar (KWON, 1997; KWON, O'DONNELL, 2001). Além disso, os *chaebols* estavam no centro da política desenvolvimentista e cumpriram um papel fundamental no projeto político e econômico da Coreia do Sul. Não só como executores das políticas industriais que eram propostas pelo Conselho de Planejamento Econômico (EPB), mas como empresários que souberam aproveitar os incentivos tanto políticos quanto de mercado (KIM, 1997).

Para tornar mais claro esse argumento, alguns fatos na história das relações de trabalho na Coreia do Sul tornam explícito o modo como o Estado e os *chaebols* se uniram contra os trabalhadores. Seguindo a divisão proposta por Kwon (1997), a análise sobre o desenvolvimento das relações de trabalho na Coreia do Sul pode ser dividida em quatro momentos históricos específicos: o primeiro começou em 1896 e foi até 1945, período da dominação japonesa; o segundo vai de 1945 a 1960, incluindo o governo de Syngman Rhee; o terceiro é o período que abrange a ditadura do general Park Chung Hee, entre 1961 e meados dos anos de 1980, momento em que a Coreia do Sul passa pelo período de maior crescimento; por fim, a quarta fase histórica tem início no final de 1980 com o processo de redemocratização. Para os objetivos propostos nessa seção, a análise se concentra somente nos três primeiros períodos⁷. Cabe destacar que a partir da década de 1990, com a disseminação do neoliberalismo, o modelo desenvolvimentista do estado sul-coreano se esgota, ficando apenas algumas políticas industriais em alguns setores de alta tecnologia (EVANS, 1993).

Antes de sua colonização pelo Japão em 1910, a Coreia era um reino feudal de Chosun, governado pela dinastia Yi desde o século XIV. Os primeiros indícios de uma classe trabalhadora assalariada foram no final do século XVIII, quando a estrutura feudal começou a ruir. O desenvolvimento da classe trabalhadora acelerou-se a partir da abertura da Coreia para o Japão em 1896 e sua anexação militar em 1910. A Coreia era fundamental para os interesses do Japão porque ele a utilizava para complementar um déficit crescente de produtos primários necessários para abastecer a sua economia que estava em processo de industrialização mais avançada. A Coreia também foi utilizada na produção militar para o Japão. Como consequência, o desenvolvimento

5 A KCIA (*Korean Central Intelligence Agency*) foi criada em 13 de junho de 1961, com três mil servidores que se transformaram em 370 mil em 1964 (KIM, 2010, p. 104). Durante 20 anos foi um dos principais instrumentos utilizado pelo presidente Park Chung Hee (1961-1979) para suprimir qualquer tipo de movimento que fosse suspeito de ligação com a Coreia do Norte ou com o Comunismo, inclusive o movimento estudantil.

6 Como destacado por Kwon (1997), os *chaebols* eram responsáveis por empregar parte considerável dos trabalhadores sul-coreanos. Além disso, eles influenciavam as demais empresas a estabelecerem relações de trabalho parecidas com as que eles adotavam.

7 Para uma análise mais completa sobre as condições das relações de trabalho na Coreia do Sul a partir de 1980 até o início do século XXI, ver Zhang e Traub-Merz (2010).

das relações de trabalho na Coreia do Sul foi diretamente influenciado pelos interesses japoneses no início do século XX (AMSDEN, 1989).

As condições precárias de trabalho e os baixos salários foram os principais incentivos para a criação dos primeiros sindicatos. Os dois principais grupos políticos que atuavam apoiando os sindicatos eram os nacionalistas e os socialistas (KWON, 1997). Os primeiros reivindicavam principalmente uma equiparação da condição de vida dos trabalhadores coreanos com os japoneses. Isso porque durante o período de dominação do Japão, os trabalhadores coreanos recebiam salários sistematicamente inferiores aos dos japoneses. Por outro lado, a principal pauta dos socialistas era a libertação da Coreia do domínio do Império Japonês. Apesar de terem interesses diferentes e da discriminação racial feita entre os trabalhadores coreanos e japoneses, as duras condições de trabalho eram elementos que unificavam a luta desses dois grupos. No período entre 1920 a 1935 houve um aumento considerável nas lutas sindicais, o que se refletiu no aumento das greves. Contudo as diferenças entre os nacionalistas e socialistas provocaram um racha no movimento sindical, sendo que os japoneses apoiavam mais os nacionalistas porque esses últimos defendiam a resolução dos conflitos dentro da fábrica, enquanto os socialistas propunham mudanças mais radicais (KWON, 1997). Mesmo após o fim da dominação japonesa essas diferenças provocaram conflitos entre os dois grupos e, conseqüentemente, a divisão do movimento sindical coreano.

O segundo período (1945-1960) tem início com a libertação da Coreia do domínio japonês e o fim da Segunda Guerra Mundial. Com a derrota japonesa na guerra, o norte da Coreia passou a ser ocupado pela União Soviética e o sul pelos Estados Unidos, o que levou à divisão da península em dois países e um pouco mais adiante (no ano de 1950), à guerra entre as duas Coreias. Na Coreia do Sul, a política econômica foi marcada pela escolha de algumas empresas, que anos mais tarde se tornaram os grandes conglomerados nacionais (*chaebols*), como sendo o principal agente privado para o desenvolvimento econômico. Os incentivos do Estado coreano e as ajudas financeiras vindas do exterior e distribuídas pelo governo Rhee (presidente eleito em 1948), permitiram a esses grupos acumular capital adicional e promover as suas atividades produtivas e comerciais de bens de consumo. Kwon (1997) afirma que, a partir desse momento, todo o desenvolvimento da Coreia do Sul facilitou a subordinação do movimento sindical aos interesses do capitalismo monopolista e do Estado coreano. Kuruvila e Erickson (2012) descrevem as relações de trabalho desse período como sendo paternalistas e autoritárias, seguindo, em parte, o modelo japonês.

Em 1945 houve um aumento considerável do movimento sindical de esquerda e um re-credenciamento do conflito industrial. Nesse mesmo ano os socialistas criaram o Chun Pyung (Conselho Nacional de Sindicatos), em estreita associação com o Partido Comunista e adesão inicial de 180.000 trabalhadores que em dois meses passou para 553.438, segundo Kwon (1997). Entre 1945-1948 foram organizadas mais de 3.000 greves. Esse aumento representou um desafio para os interesses políticos e econômicos do Governo Militar dos EUA (AMG) e Coreia,⁸ bem como para os capitalistas.

8 Também conhecido como *United States Army Military Government in Korea* - USAMGIK ou, de forma simplificada, AMG. Esse era o corpo governante oficial da parte sul da península da Coreia no período que foi de 08 de Setembro de 1945 até 15 de Agosto de 1948.

Para conter o avanço desses sindicatos com perspectivas mais radicais, a estratégia desempenhada pelo Estado coreano e pelos capitalistas foi restringir as atividades políticas desses grupos sindicais de esquerda e ao mesmo tempo promover os sindicatos de direita. Os métodos aplicados a partir daí tinham como objetivo, segundo Kuruvila e Erickson (2002), lidar com o conflito industrial que podia ameaçar os interesses do Estado e seus objetivos econômicos. Além da repressão direta através do uso da força, o Estado também controlava o conselho de gestão do trabalho em cada empresa, introduzindo comissões tripartidas a nível provincial para resolver as disputas.

Em 1946, o AMG restringiu a atividade de todos os sindicatos sob a retórica de cultivar o sindicalismo econômico, como exemplificado pelos sindicatos americanos. Em março de 1947, grupos contrários ao Chung Pyung, formados por políticos de direita e por capitalistas, organizaram a Federação Geral dos Sindicatos da Coreia do Sul (também conhecida como GFKTU). Em 1947, o Chung Pyung foi banido do país e só o GFKTU se manteve como sindicato legalmente nacional. Isto marcou o início do movimento operário incorporado a um Estado autoritário na Coreia do Sul. As funções do GFKTU foram limitadas a apoiar os interesses econômicos e políticos do Estado e do capitalismo coreano. Os dirigentes sindicais do GFKTU tornaram-se membros do governo Rhee e a federação passou a ser utilizada como uma aliada do governo. A partir desse momento, deixou de haver um movimento trabalhista independente, pois todos os trabalhadores tinham que estar subordinados ao GFKTU.

O terceiro período vai de 1960 até meados de 1980, momento em que a Coreia do Sul viveu sob uma ditadura militar. Nesse intervalo de tempo foram elaborados e implementados quatro planos econômicos (1962-1966, 1967-1971, 1972-1976, 1977-1981) que, juntamente com outros fatores históricos, foram responsáveis pelo salto econômico de desenvolvimento da Coreia do Sul. Nesse sentido, é fundamental destacar o papel do contexto internacional nesse período. Diante do avanço do socialismo e da Revolução Chinesa, os Estados Unidos passaram a atuar no sentido de ampliar a sua influência econômica e política na região. Isso ocorreu a partir de diferentes estratégias, entre elas: expansão dos investimentos dos EUA (e Japão) na região via transferência de tecnologia e expansão do financiamento externo (GRINBERG, 2014; MEDEIROS, 1997). A influência da conjuntura geopolítica foi central para garantir as condições econômicas que possibilitaram o *upgrading* do parque industrial da Coreia do Sul e a sua forte inserção no comércio internacional (WADE, 1990).

Segundo Erickson e Kuruvila (2007) e Kim (1993) em todo esse período o poder estava voltado em favor dos empregadores. Os *chaebols* foram instrumentos fundamentais para alcançar as metas do governo de industrialização. No processo de desenvolvimento, esses empreendimentos foram transformados de pequenas e médias empresas em grandes conglomerados que produziam em grande escala na década de 1970. A estratégia desses grupos em relação aos trabalhadores era baseada em baixos salários e na repressão e controle sobre os sindicatos, subordinando-os à política de rápida industrialização.

Segundo Deyo (1987), mesmo com a repressão e as medidas tomadas pelo governo ditatorial de Park, um movimento trabalhista politizado e com raízes nas lutas contra a dominação japonesa ameaçou as elites e os rumos do desenvolvimento. Como resposta, o presidente Park proibiu completamente as greves, tirando o registro de vários sindicatos e prendendo vários líderes sindicais. Após destruir a oposição sindicalista em 1961, o governo procurou renovar a sua legitimidade política estabilizando o governo civil e liberalizando a legislação trabalhista. Além

disso, também assegurou a emergência de sindicatos “dóceis”, com a criação de uma organização do trabalho guarda-chuva (*Federation Korean Trade Unions* - FKTU), que reativou a afiliação nos sindicatos e substituiu a GFKTU. O principal papel desempenhado pela FKTU era moderar as demandas dos trabalhadores, disciplinando a rebeldia no local de trabalho, o que auxiliava no cumprimento das políticas do governo (KWON, 1997). Apenas os dirigentes sindicais que o governo considerava leais ao regime ditatorial foram autorizados a permanecer.

Com a lei marcial em 1961, o general Park buscou ampliar o controle político e a repressão sobre os sindicatos e as organizações dos trabalhadores, após iniciar a sua política de industrialização voltada para as exportações (DEYO, 1987, 1989). Essa ênfase na produção voltada para o exterior alterou as relações de trabalho e impôs barreiras ainda maiores para as demandas dos trabalhadores. Segundo Kwon (1997), as estratégias de crescimento dos *chaebols* impactaram diretamente nas práticas de gestão de trabalho e no movimento sindical. A transformação dos *chaebols*, implantando indústrias pesadas e químicas na década de 1970, trouxe uma mudança no ambiente de trabalho. Como resultado da reestruturação, indústrias pesadas tornaram-se os principais locais de trabalho. O emprego passou de 25.000 em 1972 para 154.000 em 1981, nos 12 maiores *chaebols*.

Como argumentado por Kim (1997), o rápido crescimento da Coreia do Sul esteve aliçado em uma aliança entre o Estado e os capitalistas. Entre outros objetivos, essa aliança foi fundamental para reprimir os trabalhadores e, em parte, excluí-los de desfrutar os frutos do crescimento econômico até o início dos anos 1980, quando finda a ditadura⁹. A coexistência de um Estado forte e de poderosos grupos econômicos privados coloca em questão aos argumentos desenvolvimentistas de autores como Wade (1990) e Amsden (1989). Esses estudos baseiam-se no argumento de que o Estado era forte e a sociedade civil era fraca, incluindo os capitalistas. Contudo, o caso da Coreia demonstra que o Estado forte não significou a fraqueza dos grupos econômicos capitalistas, apesar de levar ao enfraquecimento da classe trabalhadora.

Conclusão

A literatura desenvolvimentista tem trazido várias contribuições para a compreensão do papel do Estado em promover a superação do subdesenvolvimento, especialmente no Leste Asiático. Ao criticar as análises ortodoxas que enfatizam o papel dos mercados, essa literatura oferece uma alternativa teórica para compreender o fenômeno do desenvolvimento. Contudo, essa abordagem também apresenta algumas limitações. Uma delas é a dificuldade em incorporar os trabalhadores e suas instituições dentro das análises que ela se propõe a construir, especialmente nos trabalhos de alguns autores desenvolvimentistas. Além disso, ela enxerga o Estado como sendo homogêneo sem possuir internamente conflitos e tensões, sugerindo uma grande harmonia entre Estado Nacional e sociedade civil, o que nem sempre ocorreu (KIM, 1997). Em uma breve revisão da literatura, com base em Amsden (1989), Jonhson (1982), Wade (1990)

9 Cabe destacar que durante os anos de 1970 e início de 1980 os sindicatos e o movimento operário cresceram na Coreia do Sul, mesmo que ilegalmente. Eles foram fundamentais, juntamente com os movimentos estudantis, na luta pela democratização e mudança social nos anos 1980 (KIM, 1997).

entre outros autores ficam evidentes os motivos para a pouca ênfase que é dada aos trabalhadores e suas organizações.

Como argumentado nesse artigo, assumir uma determinada forma de autonomia do Estado e também considerar que a sociedade civil é fraca nesses países são fundamentos teóricos que tendem a reduzir a importância da organização dos trabalhadores dentro da análise desenvolvimentista. A existência de um Estado autônomo frente às demandas dos grupos sociais impede que o poder estatal seja “capturado” pelos interesses de determinados setores da sociedade. Assim, o Estado pode colocar em prática os seus objetivos sem ter que se submeter às exigências de grupos específicos. Além disso, a fraqueza da sociedade civil faz com que os instrumentos de pressão desses grupos sociais sejam menores do que em outros contextos de sociedade forte. É a junção de um Estado autônomo com uma sociedade civil fraca que justificaria o pouco protagonismo dos trabalhadores na análise desenvolvimentista. De acordo com essa literatura, por mais que o Estado seja autônomo, em contextos em que a sociedade civil seja muito forte e organizada, essa autonomia tende a ser enfraquecida.

Essas duas suposições apresentam alguns problemas. Kim (1999) argumenta que a perspectiva do Estado Desenvolvimentista falha em perceber que o poder do Estado muda ao longo do tempo e difere entre os setores da sociedade. Nesse sentido, mesmo que haja um grau de autonomia do poder estatal em um determinado momento histórico, não se pode assumir, segundo Kim (1999), que isso não se altere no decorrer do tempo. E isso é o que ocorre na história da Coreia do Sul. Mesmo que se reconheça um nível elevado de autonomia do Estado coreano logo após o fim da dominação japonesa em 1945, na medida em que o desenvolvimento foi se aprofundando, esse grau de autonomia foi alterado. Isso ocorreu, entre outros motivos, porque novos atores, tais como os *chaebols*, passaram a ter também um papel crucial no desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o Estado, além de agente, também é objeto do processo de desenvolvimento (KIM, 1993).

Apesar da relevância, a generalização da crítica de Kim (1993, 1999) acaba limitando o seu argumento. Alguns autores desenvolvimentistas importantes como Chang (1994, 2004) e Amsden (1985) colocam de modo evidente as transformações do Estado ao longo do tempo, diferente do que argumenta Kim (1999). Além disso, apesar da força econômica que os *chaebols* conquistaram com sua contínua expansão, eles estiveram submetidos ao poder discricionário do Estado, responsável por estabelecer as condições mais favoráveis para essa expansão, em sintonia com sua estratégia nacional de desenvolvimento.

Observando o desenvolvimento das relações de trabalho na Coreia do Sul durante parte do século XX, várias evidências apontam para uma aliança entre o Estado e os *chaebols* contra os trabalhadores. Havia uma convicção, por parte do grupo dirigente do Estado e da classe capitalista dominante coreana, de que era necessário controlar os trabalhadores para garantir que os objetivos de desenvolvimento econômico fossem alcançados. Nesse sentido, não somente o Estado foi responsável por reprimir os trabalhadores, pois os *chaebols* tiveram um papel fundamental na definição da forma como se estabeleceram as relações de trabalho. Em termos marxistas, pode-se dizer que no seio da sociedade coreana operava a luta de classes, sendo que o Estado foi responsável por influenciar essa luta em favor dos capitalistas. O fato peculiar, no caso do desenvolvimento sul-coreano, é a forma como o Estado conseguiu apoiar e manter sob controle a classe capitalista, favorecendo a máxima acumulação (em detrimento do consumo dessa classe) em setores estrategicamente selecionados pelo próprio Estado.

Referências

- AMSDEN, A. The State and the Taiwan's economic development. In EVANS, P.; RUESCHMEYER, D.; SKOCPOL, T. (Eds.) (1985). *Bringing the State back in*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- _____. *Asia's next giant: South Korea and late industrialization*. Oxford, Oxford University Press, 1989.
- BIANCHI, A. O conceito de Estado em Max Weber. *Lua Nova*, v. 92, p. 79-104, 2014.
- CARLIN, W.; SOSKICE, D. *Macroeconomics and the Wage Bargain: A Modern Approach to Employment, Inflation and the Exchange Rate*. New York: Oxford University Press, 1990.
- CHANG, D. *Capitalist Development in Korea: Labour, Capital and the Myth of Developmental State*. New York: Routledge, 2009.
- CHANG, H. *The political economy of industrial policy*. London, MacMillan Press, 1994.
- _____. *Industrial policy in action – the case of Korea*. (SEM DATA)
- _____. *Globalisation, economic development and the role of the State*. Penang, TWN; New York, Zed Books, 2004.
- DEYO, F. C. Labor and Development Policy in East Asia. *Annals of The American Academy of Political and Social Science*, v. 505, p. 152-161, sept. 1989.
- _____. State and Labor: Modes of political exclusion in East Asian development, in DEYO, F. C. (ed.) *The Political Economy of the New Asian Industrialism*, Ithaca, NY: Cornell University Press, 1987.
- EVANS, P. Class, State and Dependence in East Asia: Lessons for Latin Americanists, in DEYO, F. C. (ed.) *The Political Economy of the New Asian Industrialism*, Ithaca, NY: Cornell University Press, 1987.
- _____. Predatory, Developmental, and Other Apparatuses: A Comparative Political Economy Perspective on the Third World State. *Sociological Forum*, v. 4, n. 4, p. 561-587, Dec. 1989.
- _____. O Estado como problema e solução. In: *Lua Nova*, n.28-29, 1993.
- _____. *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.
- _____. Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the Evidence on Synergy', *World Development*, v. 24, n. 6, p.1119–32. 1996.
- GRINBERG, N. From Miracle to Crisis and Back: The Political Economy of South Korean Long-Term Development. *Journal of Contemporary Asia*, v. 44, n. 4, p. 711-734, 2014.
- IANONI, M. Autonomia do Estado e Desenvolvimento no Capitalismo Democrático. *Revista de Economia Política*, v. 33(4), out./dez. 2013.
- JENKINS, R. The Political Economy of Industrialization: A Comparison of Latin American and East Asian Newly Industrializing Countries. *Development Change*, v. 22, p. 197-231, 1991.
- JONHSON, C. *MITI and the Japanese Miracle: the growth of industrial policy, 1925 1975*. Stanford, Stanford University Press, 1982.
- _____. The Developmental State: The Odyssey of Concept, In: WOO-CUMMINGS, M (ed.) *Developmental State*, London: Polity, 1999.

- KIM, E. M. Contradictions and Limits of a Developmental State: With Illustrations from the South Korean Case. *Social Problems*, v. 40, n. 2, p. 228-249, may, 1993.
- _____. *Big Business, Strong State: Collusion and Conflict in South Korean Development, 1960-1990*. New York: State University of New York Press, 1997.
- _____. Special Issue on the Dynamics of Northeast Asia and the Korean Peninsula. *Asian Perspective*, v. 23, n.2, p. 35-55, 1999.
- _____. Limits of the authoritarian developmental state of South Korea. In EDIGHEGI, Omano. (Ed.). *Constructing a democratic Developmental State in South Africa*. Cape Town, HSRC Press, 2010.
- KURUVILLA, S.; ERICKSON, C. L. Change and Transformation in Industrial Relations. *Industrial Relations*, n. 41, p. 171-228, April 2002. Disponível em: <http://digitalcommons.ilr.cornell.edu/cbpubs/36/>.
- KWON, S. *Industrial Relations in South Korea: An Historical Analysis*. City: The University of New South Wales. July 1997 (Working Paper n. 112).
- KWON, S.; O' DONNELL, M. *The Chaebol and Labour in Korea: The Developmental of Management Strategy in Hyundai*. London: Routledge, 2001.
- LEE, Y. *The State, Society and Big Business in South Korea*. New York: Routledge, 1997.
- LEFTWICH, A. Bringing politics back in: towards a model of Developmental State. *The Journal of Development Studies*, v. 32, n. 3, p. 400-427, feb. 1995.
- _____. *States of Development: On the Primacy of Politics in Development*. Oxford: Blackwell, 2000.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Vol. II, São Paulo: Abril Cultural (Coleção os Economistas), 1983. v. 2.
- MEDEIROS, C. A. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, Maria C.; FIORI, José L. (Org.). *Poder e dinheiro*. Uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- MILIBAND, R. Poulantzas and the Capitalist State. *New Left Review*, n. 82, p. 83-92, 1973.
- NASH, E.; RICH, W.. The Specificity of the Political: Around the Poulantzas-Miliband Debate. *Economy and Society*, v. 5, n. 1, p. 87-110, Feb. 1975.
- ONIS, Z. The Logic of the Developmental State, *Comparative Politics*, v. 24, n. 1, p.109-26, 1991.
- POULANTZAS, N. *Fascism and Dictatorship*. London: London, 1974.
- _____. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- RUESCHEMEYER, D; EVANS, P. The State and economic transformation: toward an analysis of the conditions underlying effective intervention. In EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (Eds.) (1985). *Bringing the State back in*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- SKOCPOL, T. Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research', in EVANS, P., RUESCHEMEYER, D. AND SKOCPOL, T. (eds.) *Bringing the State Back*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- SINGH, A. Political Economy of Labour Reforms in South Korea. *International Journal of Interdisciplinary and Multidisciplinary Studies (IJIMS)*, v. 1, n. 5, p. 73 -95. 2014.
- TOMAZETTE, M. A Contribuição Metodológica de Max Weber para a Pesquisa em Ciências Sociais. *Revista Universitas Jus*, v. 17, jul./dez. 2008.

- VIEIRA, V. R. Invisible Legacies: Brazil's and South Korea's Shift from ISI Towards Export Strategies Under Authoritarian Rule. *Journal of International Relations and Development*, p. 1-34, 2013.
- WADE, R. *Governing The Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialisation*, Princeton, NJ: Princeton University Press. 1990.
- WEBER, M. *Economia y Sociedad*. México. Fondo de Cultura Económica, 1964.
- _____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1974.
- WEISS, L.; HOBSON, J. M. *States and Economic Development: A Comparative Historical Analysis*. Cambridge: Polity Press. 1995.
- ZHANG, J.; TRAUB-MERZ, R. *Comparative Industrial Relations: China, South Korea and Germany/Europe*. Beijing: China Social Sciences Press, 2010.